



COMISSÃO ESPECIAL
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/ 2022

I – RELATÓRIO

De iniciativa da vereadora **Cecília Ferramenta**, vem a exame desta Comissão Especial o Projeto de Resolução em epígrafe que “Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Altair de Jesus Vilar Guimarães”.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Medalha de Mérito Legislativo encontra-se prevista na Resolução Nº 281/1998, que estabelecia o número máximo de 12 projetos que concedem Medalhas do Mérito Legislativo a serem apresentados e votados pela Câmara Municipal de Ipatinga no decorrer de cada ano legislativo. Posteriormente, a Resolução 367/2003 estipulou que cada Vereador poderia conceder uma Medalha do Mérito Legislativo em cada sessão legislativa.

O art. 2º, da Resolução 281/98 estabelece os requisitos para a concessão da Medalha, vejamos:

Art. 2º - O título de que trata o artigo anterior será concedido aos cidadãos, ipatinguenses ou não, que tenham contribuído de forma efetiva para o Município de Ipatinga da seguinte forma:

I - prestação de relevantes serviços ao município;

II - demonstração de interesse na solução de problemas locais, mesmo não tendo em Ipatinga o seu domicílio;

III - participação na elaboração de relevantes projetos de lei de interesse municipal;

IV - contribuição no sentido de elevar o nome da cidade de Ipatinga na área esportiva, cultural, social, religiosa, política, econômica ou ambiental.

Parágrafo único - Todas as informações referentes às contribuições prestadas ao município deverão constar de justificativa anexa ao projeto.



Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa, também regulamenta a concessão da Medalha do Mérito Legislativo, em seu art. 167, inciso V, onde prevê a concessão da homenagem; no art.192, quanto ao prazo e composição da Comissão Especial incumbida de dar parecer às proposições; no art. 193, § único, estabelece o número máximo de medalhas a serem outorgadas por vereador; e no art. 235, inciso IV, determina o *quorum* para a votação dos projetos de resolução concedendo Medalha.

No projeto de resolução em apreço, considerando, a competência legal atribuída ao vereador para a concessão de medalhas de mérito legislativo; que o autor da matéria ainda não alcançou na presente sessão legislativa, o limite máximo permitido pelo parágrafo único do art. 193 do Regimento Interno; e que, no caso em análise, foram preenchidos os requisitos legais para a outorga do título à pessoa indicada pelo vereador para receber a homenagem. Destarte, não se vislumbra nenhum óbice quanto à legalidade da proposição.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Especial manifesta-se favorável à aprovação da matéria quanto à sua legalidade, cabendo ao Plenário decidir no tocante ao mérito.

Plenário, Elísio Felipe Reyder, em 23 de agosto de 2022.

COMISSÃO ESPECIAL


Wellington Ramos

MEMBRO


Ademir Claudio Dias

MEMBRO

João Francisco Bastos

MEMBRO